

# **Mercosul: da Estrutura à Política Comercial**

*Elivan Rosas Ribeiro*

DT 21-99

Maio 1999

As análises, opiniões e conclusões expressas neste documento de trabalho são da exclusiva responsabilidade do seu autor e não reflectem necessariamente posições do Ministério da Economia.



# Mercosul: da Estrutura à Política Comercial

por

*Elivan Rosas Ribeiro*

Professora Titulada da Universidade Federal

Fluminense - Brasil

Professora Agregada do ISEG/UTL

## **FICHA TÉCNICA**

**Título:** Mercosul: da Estrutura à Política Comercial

**Autor:** Elivan Rosas Ribeiro

**Editor:** GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica  
do Ministério da Economia

Rua José Estêvão, 83-A, 1.º-Esq.

1169-153 Lisboa

Gep@mail.telepac.pt

**Concepção gráfica:** Deltagraphos - Design e Publicidade, Lda.

**Impressão e acabamento:** Alves & David, Lda.

**Tiragem:** 1000 exemplares

**Edição:** Lisboa, Maio 1999

**ISBN:** 972-8170-50-5

**Depósito legal:** 137 710/99

---

# Sumário

---

1. Introdução	7
2. Alguns marcos históricos da política comercial	9
3. Principais objectivos económicos do Mercosul	11
4. O Mercosul e a comunidade mundial	13
5. Política comercial	15
6. Situação comercial	17
7. Considerações finais	19
8. Anexos	21
9. Chave de siglas	23
10. Referências bibliográficas	25
11. Documentos publicados	27



---

# 1. Introdução

---

A guisa de introdução, três tendências dominantes nos anos 80 a nível da economia mundial são aqui realçadas, pois elas são partes integrantes do enquadramento histórico da criação do Mercosul, e, dentro de certos limites, tornam mais claro o entendimento do tema central a ser tratado, o da política comercial deste bloco económico. Realça-se, em primeiro lugar, a tendência à globalização que se punha em marcha um pouco por todo o globo; a seguir, a tendência à integração de economias nacionais através da formação de blocos ou assinaturas de acordos pontuais comerciais e de cooperação; e, por último, a experiência histórica da construção de um bloco económico, por via da integração, que, como um dos seus resultados, deu início à construção da União Europeia.

A estas três tendências juntam-se, à mesma época, alguns factos marcantes, como o crescimento do comércio mundial num ritmo superior ao do crescimento industrial e a ruptura do socialismo real, sistema que durante décadas influenciou parte significativa das forças sociais no mundo, particularmente da América Latina, para quem se definia como um sistema alternativo ao sistema de mercado à moda ocidental. Em consequência disto tudo, no mundo emergiu uma nova arquitectura das trocas comerciais.

As principais características desta nova arquitectura são a intensificação da competição comercial, que se materializa numa nova forma pacífica de disputa dos mercados pelo capital internacional; numa política comercial e de investimentos mais agressiva em termos económicos, perseguida pelas nações e pelos blocos regionais; o crescimento do IDE; o desenvolvimento do protecção transnacional, com as particularidades decorrentes da época, como a substituição das barreiras alfandegárias por barreiras técnicas e tendo a Região como o objecto principal de protecção; a relativa e crescente perda de autonomia das economias nacionais; a multiplicação dos blocos económicos formais, como a União Europeia e a NAFTA, a afirmação perante o mundo do bloco informal asiático liderado pelo

Japão; e, por último, o crescimento e a crescente influência do capital financeiro multinacional a nível mundial.

A nível regional, o quadro em que o projecto Mercosul se inicia, nos anos 80, é um quadro de transição política de um sistema baseado em ditaduras nacionalistas para um modelo político de inspiração liberal em países como Argentina e Brasil, que iniciaram o processo formal de negociação com vista à integração das suas economias.

Para que se levasse a efeito esta tentativa do Cone Sul da América do Sul, muito contribuiu o exemplo da União Europeia aliado à grande produção e divulgação de ideias integracionistas e liberais que se introduziam nos discursos políticos, nas Academias, nas instituições de pesquisa e nos *media*.

Neste contexto, contrariando uma certa tradição nacionalista/protecçãoista e uma certa rivalidade que quase sempre esteve presente na história destes dois gigantes sul-americanos, Brasil e Argentina foram os dois primeiros países desta sub-região a desencadear um processo em direcção à integração.

Internamente, nesta mesma época, estes dois países viviam uma grave crise económica e uma crescente e desafiadora crise social. Houve quem comparasse o clima social de então nestes dois países, nomeadamente nos seus grandes centros urbanos, ao de uma guerra civil. Com a abertura política que se verificou, entretanto, quer no Brasil quer na Argentina, os governos passaram a sofrer fortes pressões internas: pressões dos sindicatos, por uma maior participação no rendimento nacional; pressões dos empresários, para a redução da carga fiscal; e pressão do meio social em geral, que ainda se vem mantendo e agravando através dos tempos, em decorrência do elevado nível de desemprego e as suas consequências, como a exclusão social e a miséria. Este pano de fundo tem sofrido, no entanto, transformações conjunturais desde o período que envolveu a construção do Mercosul, muito embora, estruturalmente, alguns dos seus traços permaneçam.



---

## 2. Alguns marcos históricos da política comercial

---

Os primeiros passos para a criação do Mercosul foram os **Acordos assinados entre o Brasil e a Argentina para o aproveitamento de recursos hídricos do Rio Paraná, em 1979, e o Acordo de Cooperação Nuclear, em 1980**. Não estavam, nesta altura, criadas as condições internas ou externas políticas e económicas para um acordo de maior profundidade e abrangência. Foi somente em 1986 que os dois Estados assinaram o **Acordo de Iguazu**, que se veio a constituir num **Programa de Integração e Cooperação Económica**. Dois anos após este primeiro acordo, estes dois países assinaram em Buenos Aires um **Tratado Bilateral**, que representava o culminar dos acordos e protocolos sectoriais que o precederam. Este Tratado, que entrou em vigor em 17 de Agosto de 1989, previa o prazo de dez anos para a criação de um espaço económico comum, com objectivos explícitos de cooperação económica, resumidos nos seus 12 artigos constitutivos. Passados dois anos, os chefes de Estado dos dois países assinaram a **Acta de Buenos Aires**, que reduzia o prazo dado inicialmente para quatro anos, estabelecendo uma nova data para a completa integração dos dois espaços económicos, criando formalmente o Grupo Mercado Comum (binacional), e formalizando os compromissos perante a ALADI, através do Acordo número 14 de Complementação Económica.

No conjunto da América Latina, esta foi a primeira tentativa de sucesso de associação bilateral sub-regional.

Mas, não se pode esquecer que esta iniciativa procurou resgatar os princípios que nos anos 60

estiveram na base da tentativa de criação de um grande mercado comum latino-americano, através da criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), naturalmente adaptando-os à nova época e acrescentando aos mesmos alguns projectos mais amplos de coordenação. É de salientar que, mesmo antes de ser apresentada explicitamente a intenção destes dois países virem a constituir um espaço integrado, já alguns meios políticos e empresariais, muito embora não consensualmente, tinham-se apercebido da necessidade e oportunidade de tal integração.

Após os primeiros passos dados pelos dois pioneiros do Mercosul, foram iniciadas conversações com o Uruguai e o Paraguai com vista à adesão dos dois países ao projecto iniciado bilateralmente. No período que decorreu entre o Acordo Bilateral e a adesão formal do Uruguai e do Paraguai ao Mercosul, foram realizadas quatro cimeiras de Chefes de Estado, uma em Brasília, uma em Las Lenas e duas em Montevideo. Foi assinado finalmente, a 26 de Março de 1991, o Tratado de Assunção; logo a seguir, os parlamentos dos quatro integrantes do novo bloco regional ratificaram as posições e compromissos assumidos pelos Chefes de Estado e foi criada, com a participação de todos, uma Comissão Interparlamentar com o seu funcionamento previsto para dois anos. No primeiro ano, a comissão tinha como objectivo a busca do reconhecimento internacional do novo bloco, e, no segundo, o aprofundamento do processo de integração no interior de cada um dos países membros.



---

### 3. Principais objectivos económicos do Mercosul

---

Os objectivos económicos do Mercosul são, desde os seus primórdios, muito claramente expostos e eram a inserção deste espaço económico no mercado mundial e, para tal, a modernização das práticas comerciais e dos aparelhos produtivos. Embora a situação dos países que formaram o bloco fosse de grandes disparidades, acreditou-se sempre que a existência de metas comuns e o subsequente esforço para a consecução destas metas poderiam criar os meios, ou potenciá-los onde já existissem, para superar as dificuldades internas de cada um, conduzindo-os a uma situação de maior simetria e equilíbrio. Houve uma consciência clara por parte dos intervenientes de que existiam grandes barreiras a serem ultrapassadas para a eficiência e eficácia da integração. Dentre elas estavam as políticas industriais e laborais divergentes e muitas vezes em antagonismo com as metas a atingir com a formação do bloco. No

Brasil, por exemplo, a política industrial era tradicionalmente proteccionista. Durante muitas décadas proibiu-se a importação de qualquer tipo de bens que tivessem um similar produzido internamente. Na área laboral, outro exemplo, a política do Brasil passou a ser, desde a Constituição de 1988, uma política que assegurava e garantia um conjunto de conquistas sociais, que ainda não eram nas outras nações que integraram com ele o novo bloco. A filosofia do Mercosul é em si muito ambiciosa, pois conjuga a ideia de promover uma integração extrovertida com a de ser uma espécie de base de lançamento para as quatro economias nacionais em direcção ao crescimento e ao desenvolvimento económico e social, que preservasse ao mesmo tempo uma relativa autonomia das nações de modo a que cada uma pudesse inserir-se por si só no mercado mundial e até participar noutros esquemas de integração e cooperação multilateral.



---

## 4. O Mercosul e a comunidade mundial

---

O Mercosul procurou apoiar-se na comunidade mundial e para tal promoveu à partida, através dos quatro Ministros dos Negócios Estrangeiros, uma espécie de apresentação à União Europeia (na altura CEE), aos Estados Unidos e ao Japão.

A apresentação à União Europeia foi feita em Bruxelas (Abril de 1981), bloco com o qual veio a assinar um acordo, Acordo de Cooperação entre Mercosul e as Comunidades Europeias (Maio de 1992), no Chile. Com os Estados Unidos foi assinado um **Acordo sobre Comércio e Investimentos** (Junho de 1991), que ficou conhecido como **Acordo 4+1 ou Acordo do Jardim das Rosas**.

As relações que sobrevieram do acordo com a União Europeia abrangem a cooperação técnica nas áreas de Normas Técnicas, Agricultura, Alfândegas, Formação de Quadros Especiali-

zados, Cooperação Científica e a disponibilização de fundos para todas estas áreas de cooperação.

No interior da América Latina o Mercosul tem relação formal com a ALADI e mantém contactos diplomáticos com o Grupo Rio e com o Pacto Andino. No exterior estas relações estendem-se a organismos multilaterais como o PNUD, o BID a OIT e a OMPI (Organização Mundial de Propriedade Industrial). Com o BID o Mercosul assinou um Acordo de Cooperação Técnica (Dezembro de 1991), através do qual o Banco disponibilizou um apoio equivalente a ECUS 4 050 000 para implantação e desenvolvimento do bloco em matéria de coordenação económica e sectorial.

No seu conjunto, apenas duas áreas nacionais permaneceram protegidas, a área da Mobilidade dos Factores e a Área Comercial.



---

## 5. Política comercial

---

A política comercial do Mercosul tem os seus precedentes históricos nos objectivos comerciais da **Associação Latino-Americana de Livre Comércio** - ALALC (anos 60) e da **Associação Latino-Americana de Integração** - ALADI (anos 80), bem como nos vários acordos bilaterais assinados entre países latino-americanos, como por exemplo, no **Convénio entre Argentina e Uruguai para a Cooperação Económica** - CAUGE (1975) revisto em 1985; no **Protocolo de Expansão Comercial** - PEC, entre o Brasil e o Uruguai (1976); na **Acta de Integração** assinada por Brasil e Argentina (1985); na **Acta de Cooperação Económica**, assinada por Brasil e Uruguai (1986); no **Programa de Integração e Cooperação Económica Brasil/Argentina** (1986); no **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento** (1988), assinado por Brasil e Argentina e, finalmente, na assinatura da **Acta de Buenos Aires** (1990) pelos presidentes do Brasil e da Argentina com o propósito de criação de um Mercado Comum.

Desde sempre, foram objectivos destas instituições a intensificação e o fortalecimento do comércio entre os países latino-americanos utilizando principalmente o estímulo da redução tarifária. A inspiração desta política segue directamente a ALADI que, por exemplo, pôs em vigor a partir de 1984 o Programa PAR Preferência Alfandegária Regional, que na altura, em decorrência das enormes assimetrias e disparidades regionais, veio a mostrar-se impraticável. O PAR deu de imediato origem a enormes listas de excepção para os chamados produtos sensíveis, que chegaram a abranger 80% das trocas da região.

Os responsáveis directos e imediatos da condução da Política Comercial do Mercosul são quatro dos onze Subgrupos de trabalho: o SGT 1, SGT 2, SGT 3 e o SGT 4. Ao SGT 1 compete a eliminação das assimetrias fiscais e financeiras dos países do Mercosul; ao SGT 2, o funciona-

mento dos portos e fronteiras e a implementação de um sistema comum e integrado de controlo aduaneiro; ao SGT 3, a integração e homogeneização das exigências e normas técnicas; ao SGT 4, a harmonização das normas vigentes sobre Mercados de Capitais, Bolsa de Valores, Seguros, Crédito à exportação, transferências de lucros, dividendos, *royalties*. Em menor escala também estão relacionados com as transações comerciais o SGT 5 e o SGT 6. É significativo que seis dos onze subgrupos de trabalho do Mercosul se ocupem de questões directamente relacionadas com a política comercial, em termos da importância central desta política para este bloco.

Um dos instrumentos que vem sendo desenvolvido pelo Mercosul para atingir os objectivos comerciais é a TEC - Tarifa Interna Comum, que tem sido um dos pilares de sustentação da política comercial. A primeira dificuldade que se encontrou foi a de optar entre o sistema de tarifa zero, neutral, e a tarifa funcional, que parece ser aquela mais adaptável às trocas comerciais entre sub-regiões com grandes disparidades. A utilização da tarifa zero em condições de estruturas produtivas oligopolizadas, sistemas de informação deficitários, desníveis educacionais entre as populações, desigualdades dos sistemas de transporte e comunicação, podem ter, quase sempre, um efeito perverso em termos da competitividade. A TEC será tanto mais funcional quanto mais conseguir harmonizar tarifas diferenciadas para produtos oriundos de sub-regiões díspares, mantendo o nível de competitividade desejado e expresso no referido Tratado de Assunção. Para levar adiante um tal sistema de tarifas, que obrigava a grandes dispersões e muitos *items*, existem muitas limitações de carácter técnico e económico. Uma saída pareceu inevitável, a ampliação do mercado do Mercosul ao resto do mundo.

Uma grande dificuldade deste bloco é a obtenção do consenso. Se já é muito difícil o consenso no interior de cada país, potenciam-se as dificul-

dades quando se trata dos quatro países que integram o bloco. De qualquer forma, com maior ou menor dificuldade, o facto é que a dispersão entre as várias tarifas nacionais, no âmbito do Mercosul, se vem reduzindo. A Argentina, por exemplo: tem apenas três níveis de tarifas 5% para matérias-primas, 13% para semi-elaborados e bens de capital e 22% para os bens de consumo final, todas acrescidas de uma taxa de 10% (taxa estatística) que incide sobre a totalidade dos produtos importados. O sector informático é, no caso, um sector de excepção. Para além da taxa estatística homogénea as taxas para os produtos deste sector variam entre 0 e 13 %. O Paraguai tem taxa de 3% para as matérias-primas e *inputs* industriais, de 5% para os bens de capital e de 10% para os bens de consumo. Tem ainda residualmente taxas de excepção para automóveis de luxo, variando entre 15 e 20%. O Uruguai impõe taxas de 19 % para os bens de capital e matérias-primas, 15% para os semi-elaborados e 20% para os bens de consumo final.

O Brasil é o país que utiliza as tarifas mais dispersas dos quatro Estados-membros. A tarifa média brasileira varia em torno de 20%. Com relação aos bens de capital a tarifa média é de 14% para os *inputs*, variando em geral entre 12 e 14 %; para os bens de consumo final a taxa média é de 20%. Este país adoptou para vários *items* tarifas de 70% e para os bens de informática as tarifas podem variar até 20%.

No espaço de quatro anos, entre 1991 e 1994, a estatística do intercâmbio comercial entre os Estados-membros mostra que houve uma evolução francamente positiva no valor daquelas trocas. Por exemplo, as exportações do Brasil para a Argentina cresceram 2.8 vezes; para o Paraguai e para o Uruguai cresceram em cada um deles 2.1 vezes; por sua vez, as importações do Brasil com origem na Argentina cresceram 2.6 vezes, no Paraguai 1.6 vezes e no Uruguai 1.3 vezes. (ver quadros anexos).

Note-se que faz parte da política comercial do Mercosul a gradativa eliminação das restrições não tarifárias – RNTs, como por exemplo os registos, licenças, depósitos prévios, quotas, proibições, gravames, taxas consulares, taxas de câmbio especiais, monopólio de comercialização, elementos que dificultam a livre comercialização das mercadorias no espaço intra-subregional.

Já no Tratado de Montevideo (1960) estava expressa a proibição de subsídios às exportações. De uma maneira decisiva e inflexível, o Mercosul propõe a eliminação destes subsídios, além da harmonização de nomenclaturas, os trâmites de importação/exportação e, por último, a aplicação de direitos compensatórios de medidas anti-*dumping*.

Ainda na política comercial do bloco está presente uma metodologia definida para possibilitar a aplicação dos códigos já em vigor para o sector industrial no sector agrícola.

---

## 6. Situação comercial

---

**N**a política comercial estão reunidos mecanismos das áreas fiscal, monetária, creditícia, e seus resultados provocam um sensível impacto no conjunto da economia. No geral, pode dizer-se que esta política compreende toda a acção estatal no que diz respeito ao comércio exterior, promovendo-o ou restringindo-o. De acordo com o que ficou estabelecido no Programa de Desagravação Tarifária, progressivo, automático e linear, fixado no Tratado de Assunção, quase 100% dos produtos comercializados entre os países do bloco estão isentos de taxas de importação, o que acaba por dotar o bloco de uma zona de livre comércio. A partir do início de 1994 pôs-se em prática a formação de uma união aduaneira na região, com a adopção da TEC. Até este mesmo ano, a TEC foi aprovada para 85% do universo tarifário, nos quais vigoraram taxas com intervalo de flutuação entre 0 e 19%. O prazo de convergência para os bens que compõem a **lista de excepção** tem como limite o ano 2006.

No que respeita aos produtos extra zona, até este ano cada país pratica as suas tarifas próprias e além disso cada país pode apresentar as suas listas próprias de excepção onde estarão discriminados os *items* tarifários cujas taxas de importação forem divergentes daquelas fixadas para a região. Estas **listas básicas** estarão agrupadas nos seguintes *items*: **bens de regime de adequação; bens de informática e de comunicações e bens de capital.**

Como se espera uma união plena até ao ano 2006, foram negociadas **Regras de Origem**, com as quais se procura fazer com que os produtos comercializados entre os quatro países membros sejam isentos de tarifas desde que pelo menos 60% dos *inputs* utilizados nas suas produções tenham origem dentro do bloco. Pretende-se aplicar estas regras aos produtos que não forem abrangidos pela TEC, e que por conseguinte façam parte da lista dos bens sujeitos a **regimes**

**especiais de importação** ou as mercadorias que estiverem submetidas ao **regime de salvaguarda ou direitos anti-dumping**. Vários são os exemplos. No **sector açucareiro e no sector material de transporte**, considerados dos sectores os mais polémicos, o GMC reconheceu a necessidade de continuar os trabalhos para a definição de um regime que permita a adequação à união aduaneira. E para tal criou dois grupos *ad hoc* para estudar o regime de adequação e um Comité Técnico também *ad hoc*, para elaborar uma proposta que tivesse como elementos básicos a liberalização total do comércio interno ao bloco para os produtos dos sectores. O texto completo do regime do sector automóvel deverá vigorar a partir do ano 2000.

Mas ainda há algumas pendências a serem resolvidas, como o das barreiras não tarifárias; a pendência específica ao sector têxtil; as negociações dos acordos multilaterais sobre transportes, registo de embarcações, propriedade intelectual, acrescido de pendências transitórias como o da implementação dos Centros Aduaneiros, que na prática tem dificultado a movimentação das mercadorias nas fronteiras.

Há ainda que considerar o avanço da União Aduaneira no que diz respeito aos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus (Brasil) e na Terra do Fogo (Argentina), que gozarão isenção tarifária no bloco. Pelo Tratado de Montevideo, os produtos fabricados nestas áreas foram considerados como se fossem provenientes do exterior do bloco e por conseguinte obrigados ao regime da TEC. Entretanto, em 1994 ambos os países assinaram um acordo bilateral dispensando essa lista de produtos do pagamento de tarifas. Com objectivos semelhantes têm sido tomadas medidas face aos produtos do GRUPO ANDINO e do Chile, a fim de que até ao ano 2005 seja uma área de livre comércio que abranja todo o espaço económico que contém estes dois blocos e mais o Chile. Estas medidas resultaram de uma reunião

formal ocorrida em Montevideo entre a Colômbia, o Peru, a Bolívia, Equador, Venezuela e os países do Mercosul. O processo de liberalização para os dez países deve seguir o mesmo programa adoptado pelo Mercosul, inclusive com a apresentação de listas de excepção feitas por cada país, que pode desta maneira proteger aqueles produtos que considerar mais sensíveis.

Da ALADI, o México foi o único país que não participou das negociações e colocou em 35% a

taxa de importação de roupas provenientes de países com os quais não mantém tratado de livre comércio. Este é o tecto máximo permitido pela OMC.

A União Europeia tem aprofundado os laços comerciais com o Mercosul através das relações directas com cada um dos países do bloco. É de ressaltar, no entanto, a importância do *Acordo Quadro InterRegional de Cooperação*, assinado em 1995 entre a UE e o Mercosul.

---

## 7. Considerações finais

---

**A** Política comercial do Mercosul, sendo fruto de um esforço conjunto dos quatro países que o integram, para ser levada a cabo, conta com um conjunto de dificuldades que são fruto das assimetrias entre os mercados nacionais dos seus países membros, bem como das dificuldades inerentes às economias de mercado. Estas dificuldades muitas das vezes são resultado das contradições existentes entre os diferentes sectores da economia, com relevância para aquelas que se manifestam entre o público e o privado, entre indústria e agricultura e outras,

como entre produtores e consumidores. Em princípio, esta política visa transformar-se num meio eficaz para impulsionar o desenvolvimento sustentado por um poder supranacional, mas que é parte de instituições intergovernamentais, daquele espaço económico a integrar. Parece, no entanto, que de todas as dificuldades a maior delas decorre das contradições existentes entre uma certa intervenção supranacional e a prática cada vez mais consolidada das medidas neo-liberais, assumidas pela totalidade dos governos dos Estados que compõem o Mercosul.



## 8. Anexos

### INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PARCEIROS DO MERCOSUL

(1991 e 1994)

#### Principais grupos de produtos (US\$ 1999 FOB)

Discriminação (ano de 1991)	ARGENTINA		PARAGUAI		URUGUAI	
	(X)*	(Q)*	(X)	(Q)	(X)	(Q)
TOTAL GERAL	1 476 171,00	614 680,00	496 114,00	219 114,00	337 068,00	434 103,00
Material de Transporte	261 055,00	108 939,00			77 957,00	7 512,00
Máq., Aparelhos Mecânicos e Eléctricos	273 089,00	148 573,00	91 573,00		52 078,00	
Produtos das Ind. Químicas	243 832,00	170 183,00	62 205,00	9 019,00	67 377,00	71 371,00
Prod. Metalúrgicos e Ferramentas	182 253,00	42 087,00	43 744,00		31 951,00	
Produtos Minerais	122 747,00	60 703,00	26 015,00		7 070,00	
Borrachas e suas obras	56 584,00		37 624,00		7 899,00	13 027,00
Matérias Têxteis e suas obras	67 733,00	53 960,00	62 084,00	140 568,00	19 847,00	54 872,00
Celulose, Papel e suas obras	86 596,00	20 707,00	14 171,00		16 070,00	3 166,00
Peles, Couros e suas obras		105 805,00		606,00	5 236,00	29 766,00
Madeiras e suas obras				20 081,00		
Prods. das Inds. Alimentares, Bebidas, Fumo, Etc.	52 358,00	27 006,00	69 933,00		9 005,00	6 651,00
Animais Vivos e Prod. de origem Vegetal	12 147,00	121 226,00		33 116,00		63 472,00
Produtos de origem vegetal	56 758,00	673 021,00		5 359,00	26 408,00	162 930,00
Prods. Cerâmicos, Vidro, Obras de Gesso, Cimento, etc.	26 611,00		23 423,00			
Inst. e Aparelhos de Óptica		7 487,00				
Gorduras e Óleos Animais e Vegetais		46 564,00		9 543,00		4 796,00
Calçados, Chapéus, Penas, Flores Artificiais, Etc.			12 093,00			
Demais Produtos	34 409,00	29 417,00	18 743,00	1 294,00	16 170,00	16 540,00

\* Q - Produção X - Exportação

Principais grupos de produtos (US\$ 1999 FOB)

Discriminação (ano de 1994)	ARGENTINA		PARAGUAI		URUGUAI	
	(X)	(Q)	(X)	(Q)	(X)	(Q)
TOTAL GERAL	4 135 864,00	3 660 128,00	1 053 128,00	352 411,00	731 988,00	568 816,00
Material de Transporte	1 000 226,00	666 043,00	91 757,00		142 185,00	
Máq. , Aparelhos Mecânicos e Eléctricos	816 648,00	245 835,00	186 142,00			6 240,00
Produtos das Ind. Químicas	614 250,00	232 257,00	151 796,00	3 669,00	93 301,00	56 444,00
Prod. Metalúrgicos e Ferramentas	460 194,00	38 535,00	80 390,00		62 445,00	
Produtos Minerais	200 785,00	619 198,00	38 612,00		89 603,00	
Borrachas e suas obras	94 131,00		97 944,00		12 916,00	27 804,00
Matérias Têxteis e suas obras	176 052,00	195 167,00	79 829,00	141 461,00	42 592,00	54 698,00
Celulose, Papel e suas obras	179 502,00	15 177,00	28 210,00		26 929,00	611,00
Peles, Couros e suas obras		99 020,00		9 867,00	2 044,00	15 252,00
Madeiras e suas obras				28 802,00		
Prods. das Inds. Alimentares, Bebidas, Fumo, Etc.	197 672,00	64 437,00	196 053,00		32 517,00	19 689,00
Animais Vivos e Prod. de origem Vegetal	82 009,00	241 522,00		32 437,00		177 021,00
Produtos de origem vegetal	86 258,00	1 028 465,00		73 919,00	45 445,00	146 534,00
Prods. Cerâmicos, Vidro, Obras de Gesso, Cimento, etc.	646 336,00	3 958,00	32 852,00			
Inst. e Aparelhos de Óptica						
Gorduras e Óleos Animais e Vegetais		144 360,00		46 397,00		9 000,00
Calçados, Chapéus, Penas, Flores Artificiais, Etc.			25 346,00			
Demais Produtos	163 501,00	66 153,00	44 365,00	11 859,00	74 808,00	55 521,00

---

## 9. Chave de siglas

---

ALADI – Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAUCE – Convênio entre Argentina e Uruguai para a Cooperação Económica

GMC – Grupo Mercado Comum

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

NAFTA – North American Free Trade Association

OMC – Organização Mundial de Comércio

PAR – Preferência Alfandegária Regional

PDT – Programa de Desagravação Tarifária

PEC – Protocolo de Expansão Comercial (entre Brasil e Argentina)

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RNT – Restrições Não Tarifárias

SGT – Sub Grupo de Trabalho

TEC – Tarifa Externa Comum



---

## 10. Referências bibliográficas

---

1. ALVAREZ, Gladys Lechini de e SACONE, Maria Alejandra (1994) *El Mercosur: una perspectiva desde Argentina* in MERCOSUR: DESAFIOS A VENCER
2. A NOVA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL: O NAFTA E A INTEGRAÇÃO HEMISFÉRICA, comunicações e notas 1994
3. GIACCONE, Claudia *Cooperacion Estratégico-Militar en Mercosur* In MERCOSUL: DESAFIOS A VENCER, Op.cit.
4. GINESTA, Jacques La Insercion Internacional e Regional del Mercosur: enfoque político
5. HINCHBERGER, Bill Mercosur on the march in INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK, Março
6. JUNIOR, Alberto do Amaral Mercosul: Questões Políticas e Institucionais In MERCOSUL: DESAFIOS A VENCER, Op. Cit.
7. LAFER, Celso (1994) Sentido Estratégico do mercosul
8. RIBEIRO, Elivan e OLIVEIRA, Alessandro (1996) *Política Comercial do Mercosul (História e Conjuntura)* II ENCONTRO DE ECONOMISTAS DE LINGUA PORTUGUESA Rio de Janeiro (1995) Documento de Trabalho - CEDIN/ISEG/UTL
9. TREIN, Franklin MERCOSUL Uma breve análise de suas origens à crise actual



---

## 11. Documentos publicados

---

- DT 1 **Política de Concorrência e Política Industrial**  
Nov. 96 *António Nogueira Leite* - (Esgotado)
- DT 2 **Transformação Estrutural e Dinâmica do Emprego**  
Dez. 96 *Paulino Teixeira* - (Esgotado)
- DT 3 **Ética e Economia**  
Jan. 97 *António Castro Guerra* - (Esgotado)
- DT 4 **Padrões de Diversificação dos Grupos Empresariais**  
Mar. 97 *Adelino Furtado* - (Esgotado)
- DT 5 **Estratégias e Estruturas Industriais e o Impacto da Adesão à Comunidade Europeia**  
Maio 97 *António Brandão, Alberto Castro e Helder de Vasconcelos* - (Esgotado)
- DT 6 **Têxteis, Vestuário, Curtumes e Calçado - Uma Visão Prospectiva**  
Jun. 97 *João Abel de Freitas*
- DT 7 **O Comércio a Retalho Português no Contexto Europeu**  
Jul. 97 *Teresinha Duarte*
- DT 8 **Será a Globalização um Fenómeno Sustentável?**  
Out. 97 *Vitor Santos*
- DT 9 **Turismo Português - Reflexões sobre a sua competitividade e sustentabilidade**  
Nov. 97 *António Trindade*
- DT 10 **União Europeia - Auxílios de Estado e Coesão Económica e Social - Tendências Contraditórias**  
Jan. 98 *Maria Eugénia Pina Gomes*  
*Mário Lobo*
- DT 11 **Cooperação Comercial - Uma Estratégia de Competitividade**  
Mar. 98 *Teresinha Duarte*
- DT 12 **Globalização e Competitividade - O Posicionamento das Regiões Periféricas**  
Maio 98 *António Castro Guerra*
- DT 13 **Determinantes do Desinvestimento em Portugal**  
Maio 98 *João Abel de Freitas*
- DT 14 **O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal**  
Jun. 98 *José Diogo Costa*
- DT 15 **Turismo, o espaço e a economia**  
Jul. 98 *João Albino Silva*

- DT 16 **A Dinamização da Cooperação Interempresarial no Sector de Componentes de Automóvel: O Caso de Estudo ACECIA, ACE**  
Dez. 98 *Catarina Selada, Teresa Rolo, José Rui Felizardo, Luís Palma Féria*
- DT 17 **O Euro, o Dólar e a Competitividade das Empresas Portuguesas**  
Jan. 99 *João Abel de Freitas, Sérgio Figueiredo, Vitor Santos*
- DT 18 **Consumo, Publicidade e Vendas Agressivas**  
Jan. 99 *Ana Luísa Geraldes*
- DT 19 **A História do Sector Automóvel em Portugal (1895-1995)**  
Fev. 99 *Luís Palma Féria*
- DT 20 **Mercosul: das Origens à Crise Actual**  
Abr. 99 *Franklin Trein*
- DT 21 **Mercosul: da Estrutura à Política Comercial**  
Maio 99 *Elivan Rosas Ribeiro*